

3. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE

As normas de regulamentação referentes à implantação e ao funcionamento do Projeto de Carcinicultura dos empreendimentos: CAMARÕES DO JAGUARIBE CRIAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA e CRUSTÁCEO DO JAGUARIBE, situados no município de Jaguaribe–Ceará, sob o aspecto legal ambiental, encontram-se aqui analisadas segundo o âmbito federal, estadual e municipal.

A Lei N° 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal e suas alterações posteriores, principalmente pela Lei N° 7.803, de 16 de julho de 1989 que também revogou as Leis N° 6.535, de 15 de junho de 1978 e N° 7.511, de julho de 1986. O Art. 2º. da Lei Federal 4.771/65. A referida lei define as áreas de preservação permanente em toda sua extensão;

A Lei N° 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna silvestre e dá outras providências;

A Lei N° 10.148, de 02 de dezembro de 1977, que dispôs sobre a preservação e controle dos recursos hídricos existentes no Estado, e deu outras providências, regulamentada pelo Decreto N° 14.535, de 02 de julho de 1981.

A Lei N° 11.411, de 28 de dezembro de 1987, que dispôs sobre a Política Estadual de Meio Ambiente, criando o Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA, e a Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, e deu outras providências.

O Decreto N° 23.067, de 11 de fevereiro de 1994, que regulamentou o Art. 4º da Lei N° 11.996, de 24 de julho de 1992, na parte referente à outorga do direito de uso de recursos hídricos, criando os sistemas de outorga para o uso da água e deu outras providências.

CONAMA N° 001, de 23 de janeiro de 1986, que estabeleceu as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política nacional do Meio Ambiente, sendo depois atualizada pela CONAMA N° 237, de 19 de dezembro de 1997, que definiu as atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental.

Considerações sobre o cumprimento da legislação ambiental para implantação do empreendimento:

A instalação dos empreendimentos de carcinicultura das empresas CAMARÕES DO JAGUARIBE CRIAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA e CRUSTÁCEO DO JAGUARIBE estão em conformidade com a legislação ambiental vigente, ou seja, respeitam as áreas de preservação permanente dos recursos hídricos, Lei Federal, 4.771/65, Lei Estadual 12.488/95, regulamentada pelo Decreto Estadual 24.221/96, Medida Provisória n° 2.166-67 e Resolução do CONAMA 303/203; as instalações do projeto ocupam menos de 5% da área de preservação permanente, de acordo com a resolução do COEMA n° 02/2003; a adução da água do Rio Jaguaribe é realizada por canal de abastecimento construído com licença ambiental, além disso, a empresa possui outorga para o uso da água em obediência a legislação ambiental vigente. Os efluentes são tratados em lagoa de sedimentação. As intervenções nas áreas de preservação permanente do Rio Jaguaribe (Barragem de Santana) foram construídas pelo município objetivando controle de enchente na região e ao mesmo tempo formar um pólo de lazer para a população local.